

Sobrevivente diz que holocausto precisa ser lembrado sempre

Michael Stivelman participou de sessão especial pelos 70 anos da insurreição do Gueto de Varsóvia, em que morreram 13 mil judeus. 2



Comércio exterior precisa de mais atenção, alertam embaixadores 8

Ricardo Ferraço (C) coordena debate com os diplomatas Rubens Barbosa e Samuel Guimarães

JORNAL DO SENADO

www.senado.leg.br/jornal

Ano XIX — Nº 3.846 — Brasília, terça-feira, 9 de abril de 2013



Acordo pode pôr partilha do FPE em votação hoje

Pauta do Plenário está destrancada e discussão sobre o tema deve ser extensa, pois ainda não há consenso e muitos senadores temem perdas para seus estados

Apesar de manter os atuais percentuais de distribuição do Fundo de Participação dos Estados até 2015, substitutivo de Walter

Pinheiro a oito projetos sobre novas regras de partilha ainda encontra resistências. Durante a semana, diversos senadores manifestaram preocupação

com perdas projetadas nos recursos de seus estados. Proposta tramita em regime de urgência e prazo para criar novas regras termina em junho. 6

especial Cidadania

Justiça ainda está distante para quem não pode pagar

Estudo do Ipea mostra defasagem no número de defensores públicos em quase todos os estados. Para tentar diminuir o problema, projeto

sancionado em dezembro criou 789 cargos na Defensoria Pública da União. Autonomia do órgão gera divergência entre os Poderes. 4 e 5



Defensoria do DF é uma das poucas que não têm déficit de profissionais

Micros querem fim da substituição tributária

Em debate ontem, empresários criticaram o regime que permite que

o imposto devido sobre transações comerciais seja atribuído a outro

contribuinte. Eles também pediram a revisão das alíquotas do Supersimples. 3



Senadores Cristovam Buarque (de pé) e Lindbergh Farias, presidente da CAE, entre debatedores da audiência pública

Adequação de prédios do Senado beneficia deficientes visuais 7

OAB defende financiamento público de campanha 3

Senado: transparência, economia e mais eficiência

Corte de 10% no contrato de mão de obra da Gráfica e redução de 50% na tiragem das publicações

Economia de R\$ 4,6 milhões em 2013-2014



# “É preciso falar sempre do Holocausto”, diz sobrevivente

Senado realizou sessão especial para lembrar os 70 anos da insurreição do Gueto de Varsóvia, em que morreram 13 mil judeus. Michael Stivelman contou como a perseguição nazista exterminou sua família

O SENADO PARTICIPOU ontem das homenagens que estão sendo feitas no mundo aos 70 anos da insurreição do Gueto de Varsóvia, em que morreram 13 mil judeus. O depoimento do moldávio Michael Stivelman foi o momento marcante da sessão plenária especial requerida pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Em setembro de 1941, aos 13 anos, Stivelman se despediu do pai, um dos judeus convocados pelos nazistas para fazer trabalhos forçados:

— Com lágrimas nos olhos, olhando fixamente para mim, ele colocou a mão direita sobre a minha cabeça e me recomendou tomar conta de minha mãe — relembrou.

“Ao sobreviver, você terá a obrigação de relatar ao mundo as atrocidades cometidas pelos nazistas”, instou o pai de Stivelman, já intuindo que não voltaria vivo. Nesse mesmo dia, ele seria fuzilado.

O hoje banqueiro foi o único



Para o empresário Michael Stivelman, o Holocausto deve ser sempre lembrado para que não se repita

sobrevivente da família. Ele testemunhou a morte de parentes, amigos e desconhecidos por fuzilamento e fome.

Para Stivelman, lembrar o Holocausto, mesmo causando sofrimento, é importante para que não se repita:

— Se tantas foram as vítimas martirizadas, tantos foram

sacrificados, tenhamos esperança de que tal genocídio sirva como redenção de toda a humanidade de qualquer nova tentativa de cultivar a maldita intolerância.

Flexa afirmou que lembrar a tragédia deve servir de alerta contra os perigos que a discriminação, o preconceito e o ódio representam.

— Esta sessão especial desperta e revigora em todos nós a necessidade imperiosa de afirmação dos valores universais da tolerância racial e do respeito à diversidade.

Também participaram da sessão a ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da

República, Maria do Rosário, o embaixador de Israel, Rafael Eldad, o presidente do Museu do Holocausto, Miguel Krigsner, e o presidente da Federação Israelita do Paraná, Manoel Knopfholz, representando o presidente da Confederação Israelita do Brasil, Claudio Lottenberg.

## Exposição lembra crianças mortas pelo nazismo

Com uma exposição no Salão Negro, o Senado lembrou o Dia do Holocausto, em memória dos mais de 6 milhões de judeus mortos pelo regime nazista. A mostra é intitulada *Tão Somente Crianças: infâncias roubadas no Holocausto* e poderá ser vista até o dia 28.

O primeiro-secretário da Mesa do Senado, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), recebeu os convidados e parceiros do Senado na exposição. A data também marca os 70 anos da insurreição do Gueto de Varsóvia, em 1943.

O presidente da Federação Israelita do Paraná, Manoel Knopfholz, disse que em tempo nenhum da história foi praticada tamanha “bestialidade” contra a vida humana como no Holocausto:

— A insanidade foi testada

até limites indecifráveis de primarismo selvagem.

A ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário, afirmou:

— Os temas relacionados ao Holocausto são sempre atuais e desafiam todos nós diante do

mal absoluto do significado do nazismo, para que jamais possamos aceitar a intolerância, seu ódio, os fundamentalismos de nenhum tipo.

O material reunido na exposição é do acervo do Museu do Holocausto, de Curitiba.



A ministra Maria do Rosário e o senador Flexa Ribeiro na abertura da exposição

## Visitantes ouvem nome das pequenas vítimas

Na exposição no Salão Negro, cada um dos 26 painéis retrata a trajetória de uma criança vítima do nazismo, desde que ela e a família foram retiradas de casa e levadas para guetos ou campos de concentração.

Entre os retratados, há sobreviventes como George Legmann, que participou da

inauguração. Nascido num campo de concentração, ele chegou ao Brasil em 1960, com 16 anos.

— Esta exposição tem um caráter didático, especialmente para as novas gerações, e nos mostra que a melhor coisa é a democracia, aquela que consagra garantias e direitos individuais inalienáveis e

universais de todo ser humano — afirmou Legmann.

Integram a exposição elementos interativos como uma caixa escura onde podem ser ouvidos nomes de todas as crianças que morreram durante o Holocausto, com idade e local de origem. Um grupo de crianças paranaenses gravou os nomes das vítimas.

## Racismo e intolerância ainda são desafios, afirma Renan

“A história da insurreição do Gueto de Varsóvia, e de resto de toda a 2ª Grande Guerra, relata uma das páginas mais dramáticas da barbárie autoritária.” A afirmação é do presidente do Senado, Renan Calheiros, sobre os 70 anos daquela insurreição, lembrados ontem em sessão especial realizada pela Casa, que se une às homenagens feitas no mundo inteiro. Durante a insurreição, morreram cerca de 13 mil judeus

— Do que é capaz o homem, em um extremo de maldade e selvageria, de intentar para o extermínio de um povo por ser diferente dele mesmo; e na outra ponta, a bravura, a coragem e resistência de quem se levanta diante tantas

atrocidades — refletiu Renan sobre o episódio.

Para o presidente do Senado, muitas lições podem ser tiradas do episódio, pois o racismo não morreu e permanece sendo um grande desafio para todos os povos e nações. A intolerância continua viva e pode ser constatada em diversos aspectos de nossas vidas, afirmou.

— O Brasil é reconhecido mundialmente como um país que recebe de braços abertos os imigrantes que por aqui aportam. Não deixemos, pois, que os nossos preconceitos transformem o Brasil em uma nação de intolerância, seja ela qual for: racial, cultural, regional, religiosa, de orientação sexual — acrescentou Renan.

### ADIAMENTO

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após as 18h30 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO Novas regras do FPE

**14h** Na pauta da sessão deliberativa, projetos que criam novas regras de partilha dos recursos do FPE.

### PRESIDÊNCIA OAB e Anvisa

**11h** Renan Calheiros recebe o presidente da OAB, Marcus Vinicius Furtado, e, às 11h30, o diretor-presidente da Anvisa, Dirceu Barbano. Às 16h, preside ordem do dia.

### CMA Abatedouros

**8h30** Debate sobre condições dos abatedouros bovinos. Às 11h30, análise de projeto sobre uso das águas em depósito.

### CCT Comunicações

**9h** Audiência sobre 15 anos da Lei Geral de Telecomunicações terá presença do ministro das Comunicações, Paulo Bernardo.

### AVIAÇÃO CIVIL Ministro

**9h** Ministro da Secretaria de Aviação Civil, Moreira Franco, fala à subcomissão sobre as prioridades da pasta.

### CAS Negociação coletiva

**9h** Debate sobre a Convenção 151 da OIT, que estabelece o princípio da negociação coletiva para trabalhador do setor público.

### CE Ministério do Esporte

**10h** O ministro do Esporte, Aldo Rebelo, fala em audiência pública sobre as prioridades do ministério para 2013.

### CAE Débitos de fundações

**10h** Em análise pela comissão, proposta que extingue débitos de fundações educacionais e mensagem sobre a programação monetária para o 1º trimestre de 2013.

### INSTALAÇÃO DE SUBCOMISSÕES Mesas

**11h** Reuniões para instalação de subcomissões permanentes que integram a Comissão de Direitos Humanos e eleições dos presidentes e vices dos colegiados.

### CÓDIGO PENAL Requerimentos

**14h30** Comissão especial interna destinada a examinar a reforma do Código Penal se reúne para análise de requerimentos.

### REGIMENTO COMUM Claudia Lyra

**14h30** Comissão mista especial que avalia reforma do Regimento Comum do Congresso faz audiência pública com secretária-geral da Mesa do Senado, Claudia Lyra.

### CMO Eleição

**14h30** Comissão mista faz reunião na Câmara para eleição do presidente e do vice-presidente e do relator-geral do projeto de lei orçamentária para 2014.

### MEDIDAS PROVISÓRIAS Debate

**14h30** Audiência da comissão mista que examina as MPs 600/2012 e 581/2012 terá presença de representantes do Banco Central, BNDES, Banco do Brasil e Caixa.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, **reunião da CAE**. As reuniões das comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

### RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das **8h30**, **audiência pública da Comissão de Meio Ambiente (CMA)** e, às **10h**, **reunião da Comissão de Educação (CE)** com o ministro do Esporte, Aldo Rebelo. Às **14h**, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: [www.senado.leg.br/radio](http://www.senado.leg.br/radio).





Comissão de Assuntos Econômicos realiza debate sobre substituição tributária e micros e pequenas empresas

## Microempresas pedem fim da substituição tributária

Em audiência na CAE, pequenos empresários pedem a revisão das alíquotas do Supersimples. Para Armando Monteiro, é preciso primeiro estimular a base econômica e depois pensar na extração fiscal

A EXTINÇÃO DA substituição tributária foi defendida em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ontem. Previsto na Lei Complementar 123/2006, o mecanismo é usado na cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS). A substituição tributária é o regime pelo qual a responsabilidade pelo imposto devido em relação às operações ou prestações de serviços pode ser atribuída, geralmente por legislação estadual, a outro contribuinte.

Para o presidente da Confederação Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Comicro), José Tarcísio da Silva, a substituição representa uma “falta de consciência com o setor que mais gera emprego no país”. Ele também defendeu a revisão das alíquotas do Supersimples.

— São muito altas, vão de 4% até 11,75%. A micro e a pequena empresa têm custo fixo alto com energia, funcionários, aluguel. Queremos ser formais, legais, pagar impostos, não pedimos isenção.

Mas queremos pagar aquilo que é possível — afirmou.

Segundo o representante do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Bruno Quick, vêm sendo mantidos contatos com o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) para a resolução dos conflitos.

— Há relação direta e inversa em termos de crescimento da cobrança do ICMS e o ritmo de crescimento das pequenas empresas nos estados. Os principais problemas da substituição são o aumento do capital de giro, o desestímulo à competitividade das empresas, o comprometimento do fluxo empresarial, a multiplicidade de controles, a perda de credibilidade e de eficácia do mecanismo — disse.

### Diferenciação

Como solução, Quick apon- tou o resgate dos princípios da substituição, a seleção de produtos a serem contemplados com o mecanismo, a autorização de pautas regionais, o uso intensivo da nota fiscal eletrônica, a educação fiscal e

o tratamento diferenciado das micros e pequenas empresas, que representam 99% das empresas nacionais e respondem pela geração de 54% dos postos de trabalho no país.

Para o representante dos secretários de Fazenda e do Confaz, Cláudio José Trinchão Santos, qualquer alteração na substituição tributária tem que ser analisada com parcimônia.

— A substituição foi ratificada antes da criação do Simples Nacional. É um tema extremamente sensível que desmonta toda a estrutura tributária dos estados. O ICMS representa 80% da receita de alguns estados. Não pode ter interrupção, há efeitos devastadores. Pode-se pensar em reduzir — disse.

Ex-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o senador Armando Monteiro (PTB-PE) disse que o alargamento da substituição serve à administração fazendária, mas não a uma visão de política tributária. “Temos que estimular primeiro a base econômica para depois pensar na extração fiscal”, afirmou.

## Vítimas de calamidade podem ter isenção fiscal

A Comissão de Assuntos Econômicos pode votar hoje o projeto que autoriza a União a conceder isenção fiscal, anistia e remissão, totais ou parciais, para pessoas físicas e jurídicas atingidas por desastres, “quando caracterizada situação de emergência ou estado de calamidade pública”.

A proposta (PLS 22/2011) também possibilita a suspensão temporária do prazo para o pagamento de tributos. Todos os benefícios, porém, terão de ser regulamentados pela Receita Federal.

O projeto, de Lindbergh Farias (PT-RJ), teve um texto substitutivo apresentado pelo relator, Alvaro Dias (PSDB-PR).

O relator assinala que, embora os argumentos da justificação do projeto sejam consistentes, a autorização à União para conceder isenção fiscal, anistia e remissão está em desacordo com o artigo 150 da Constituição.

O parágrafo 6º do artigo diz que “qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente

tributo ou contribuição”.

Para adequar a proposta à Constituição, o relator optou por modificar a Lei 7.713/1988, incluindo, entre os rendimentos recebidos por pessoas físicas isentas do Imposto de Renda, aqueles “auferidos por pessoas efetivamente atingidas por desastres, quando caracterizada situação de emergência ou estado de calamidade pública devidamente reconhecidos pelo governo federal, na forma do regulamento”.

Alvaro acrescentou que a flexibilização dos prazos para o pagamento dos tributos federais já pode ser adotada pela Receita, com base na legislação vigente.

## OAB critica financiamento privado de campanha

O vice-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Claudio Lamachia, entregou ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, um manifesto contra doações de empresas para campanhas eleitorais. O documento é assinado por cerca de 50 entidades da sociedade civil, como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Nesta semana, a Câmara dos Deputados inicia a discussão de uma reforma política, que, se aprovada, chegará ao Senado.

O juiz de Direito e cofundador do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, Márlon Reis, explicou que a proposta é estabelecer regras que distribuam aos candidatos valores baixos em comparação às quantias gastas atualmente.

— Temos hoje um financiamento feito com base em futura retribuição com contratos públicos. Isso precisa acabar. É preciso racionalizar o processo, diminuir drasticamente o custo e não mais responsabilizar as empresas por esse custeio — criticou.

Reis explicou que a campanha defende o “financiamento democrático”, para esclarecer à população que não se trata apenas de defender o financiamento público,

em que recursos do Estado seriam usados para custear candidatos. A proposta, enfatizou, é dar equidade e transparência aos gastos e proibir, com punições severas, o caixa dois.

Além do manifesto pedindo que Senado e Câmara façam uma reforma política que acabe com o financiamento de campanha pelas empresas, as entidades trabalham na elaboração de um projeto de lei de iniciativa popular, a exemplo do que foi feito com a Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135/2010).

### Experiência

Lamachia lembrou que a OAB, em 2011, ajuizou uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF) para proibir o financiamento de campanha política por pessoa jurídica. A ADI 4.650 pede a inconstitucionalidade de dispositivos da Lei 9.504/97, que estabelece as regras das eleições.

O presidente do Senado mostrou-se receptivo à proposta e, em pronunciamento em Plenário, lembrou que a Casa já aprovou uma ampla reforma política, encaminhada para a Câmara, onde acabou arquivada. Entre as medidas discutidas e votadas no Senado, recordou Renan, estava a proibição de showmícios e outras despesas de campanhas eleitorais.



OAB entrega no Senado manifesto pelo financiamento público de campanha

## Ataídes volta a questionar transparência no Sistema S

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) voltou a criticar a falta de transparência dos gestores do Sistema S, que é composto por entidades como Sesc, Senac, Sebrae, Sesi e Senai.

Em pronunciamento, o senador afirmou que, “diante dos diversos crimes cometidos pelo Sistema S”, existem dois que precisam ser corrigidos urgentemente: a



arrecadação feita diretamente pelo sistema, sem passar pela Receita Federal, e a falta de transparência no fornecimento de informações.

— Há falta de transparência. Como você administra R\$ 15 milhões por ano sem transparência? É só no Brasil que isso pode acontecer? Interessante, não é por falta de lei. Leis existem — afirmou.



# Brasileiros ainda sofrem com a falta de defensores públicos

Levantamento revela que, em 72% das comarcas do Brasil, não existe o serviço de assistência jurídica gratuita para quem não tem condições de pagar um advogado. Congresso analisa instalação de defensorias em todo o país no prazo de oito anos

Pedro Pincer

LEVANTAMENTO INÉDITO PRODUZIDO pela Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep) em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) comprova a falta de defensores públicos em 72% das comarcas. Os dados mostram que a defensoria só está presente em 754 das 2.680 comarcas do país. O déficit total de defensores no Brasil é de 10.578 profissionais, considerando os cargos a serem ocupados (3.435) mais as vagas que precisam ser criadas (7.143). O estudo foi apresentado em 13 de março, no lançamento do *Mapa da Defensoria Pública no Brasil*.

De acordo com a pesquisa, dos 8.489 cargos de defensor público criado em todo o país, apenas 5.054 estão ocupados (59,5%). Além disso, no Paraná e em Santa Catarina — últimos estados a criarem defensorias públicas, em 2011 e 2012, respectivamente —, o órgão ainda não foi implantado, assim como em Goiás e no Amapá. A intenção é instalar as defensorias e fornecer o serviço em todos os estados em até oito anos (*leia texto "PEC pode universalizar serviços..." na página ao lado*).

## Encontro enfatiza soluções extrajudiciais e de conciliação

O encerramento do 3º Encontro Nacional dos Defensores Públicos Federais, na sexta-feira, foi marcado pela leitura da *Carta de Brasília*. O documento é o resultado das principais discussões do evento, que começou na quarta-feira e teve 16 painéis temáticos. A iniciativa institucionaliza a nova cultura de soluções conciliatórias para questões jurídicas de quem procura a Defensoria Pública da União (DPU). O assunto principal das discussões foi "Conciliação: o novo caminho".

Para o defensor público-geral federal, Haman Córdova, é possível fazer um balanço positivo do evento.



População busca atendimento na Defensoria Pública do Distrito Federal, onde não há déficit de profissionais

Apenas o Distrito Federal e Roraima não apresentam déficit de defensores públicos. Os que têm falta de até cem defensores públicos são Acre, Tocantins, Amapá, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Rondônia e Sergipe. Os estados com maiores déficits de defensores públicos, em números absolutos, são São Paulo (2.471), Minas Gerais (1.066), Bahia (1.015) e Paraná (834). No Ceará, dos 415 cargos de defensor público, apenas 293 estão ocupados.

### Sobrecarga

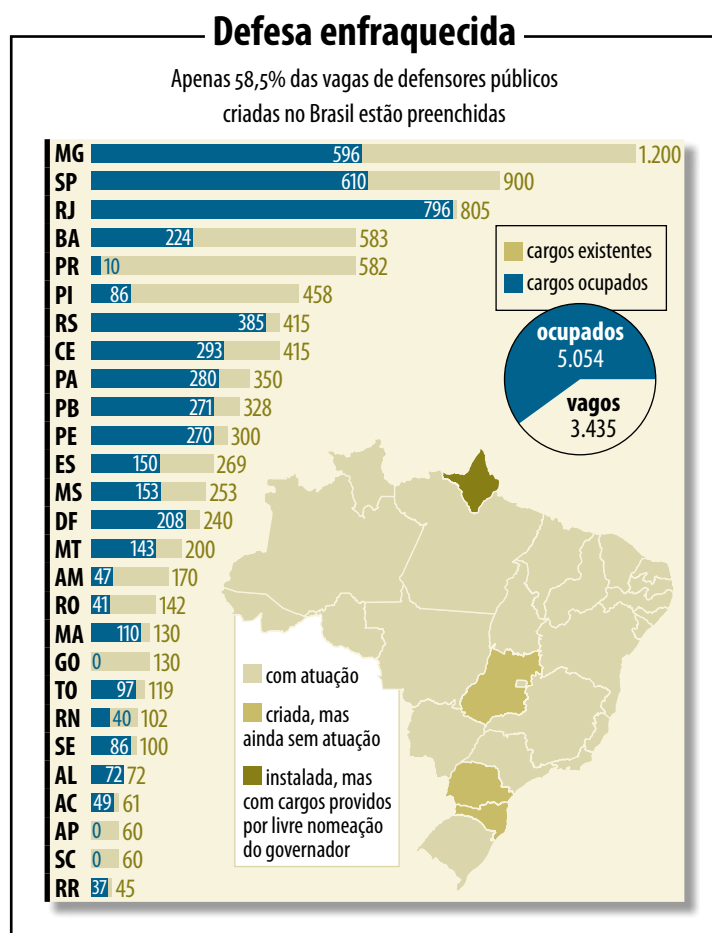
O mapa permite apontar problemas e características, como casos de defensores que, além da própria lotação, atendem outras comarcas, de modo itinerante ou em extensão. A ausência é maior nas comarcas menores, com menos de 100 mil habitantes, onde geralmente o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é menor e as pessoas são mais carentes.

Outro aspecto importante revelado no estudo é a discrepância dos investimentos no sistema de Justiça. Para se ter uma ideia, os estados contam com 11.835 magistrados, 9.963 membros do Ministério Público e 5.054 defensores públicos. Ou seja, na grande maioria das comarcas brasileiras, a população tem só juiz e acusação, sem o defensor, que, em tese, deveria cuidar dos interesses jurídicos da parte da população que não pode contratar um advogado particular.

O Rio Grande do Norte é o estado com a pior relação entre magistrados, promotores de Justiça e defensores públicos. No estado, para cada defensor público, há cinco juízes e cinco promotores.

O mapa tem uma versão impressa e ficará disponível na internet, no site [www.ipea.gov.br/mapadefensoria](http://www.ipea.gov.br/mapadefensoria), desenvolvido pelo Ipea, ligada ao Ipea Mapas, ferramenta que permite ao usuário cru-

zar dados da pesquisa com outros de infraestrutura, assistência social, saúde,



Carta de Brasília, com propostas conciliatórias, foi lida no 3º Encontro Nacional dos Defensores Públicos Federais

educação, bancos públicos, cultura. O estudo foi baseado em informações coletadas pela Anadep e por defensorias públicas, no período de setembro de 2012 a fevereiro de 2013.

A pesquisa considerou como público-alvo a população com rendimento mensal de até três salários mínimos. Embora não sejam os únicos indicadores de vulnerabilidade social e legal, o critério de renda e o limite de três salários mínimos têm sido os parâmetros utilizados pelo Ministério da Justiça e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) nas edições do Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil, por serem de fácil aferição, com base nos dados no IBGE.

## Congresso aprovou projeto que aumentou número de vagas

Encontram-se em tramitação no Congresso Nacional projetos que dão mais autonomia às defensorias públicas e que aumentam as verbas. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 207/2012 confere autonomia à Defensoria Pública da União e à Defensoria Pública do Distrito Federal.

Hoje apenas as defensorias dos estados têm autonomia funcional e administrativa e iniciativa para elaborar a própria proposta orçamentária.

De acordo com a autora da PEC, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), apesar do avanço alcançado pelas defensorias públicas estaduais após a Emenda Constitucional 45/2004, que lhes assegurou a autonomia, muitos estados ainda não investem o necessário no serviço.

A Defensoria Pública da União tem apenas 480 defensores, que atuam nos tribunais superiores e nas Justiças Federal, do Trabalho e Militar.

— Em 2010, apesar do pequeno número de defensores, a defensoria realizou mais de 1 milhão de atendimentos — afirma Vanessa.

O texto foi aprovado em agosto pelo Senado, teve a admissibilidade confirmada pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados e está sob análise de uma comissão especial que tem o deputado Amauri Teixeira (PT-BA) na presidência e o senador Humberto Costa (PT-PE) como vice. A relatoria é do deputado Eliseu Padilha (PMDB-RS).

### Veto presidencial

Em dezembro do ano passado, o Plenário aprovou o projeto PLC 116/2012, de autoria do Poder Executivo, que criou 789 vagas para a Defensoria Pública da União.

O projeto de lei, que foi sancionado no mesmo mês, aumenta o quadro

de pessoal do órgão.

Outro projeto de lei — que, porém, acabou vetado pela presidente Dilma Rousseff — modificava a Lei de Responsabilidade Fiscal para autorizar os estados a gastarem até 2% da receita corrente líquida com pessoal da defensoria pública.

Os recursos sairiam integralmente do montante que cabia ao Executivo (49%).

O texto foi apresentado pelo senador José Pimentel (PT-CE), em maio de 2011, sendo aprovado em definitivo pelo Congresso Nacional em apenas um ano e seis meses.

Na justificativa do projeto, Pimentel esclarece que, “com o advento da autonomia funcional e administrativa da defensoria pública dos estados, bem como da

iniciativa de sua proposta orçamentária, tornou-se indispensável estabelecer que a gestão dos seus recursos seja expressamente submetida à disciplina da Lei de Responsabilidade Fiscal, reformando os artigos correspondentes e explicitando os instrumentos de compatibilização com a nova ordem”.

O veto ao PLP 114/2011 (PLS 225/2011 na origem) foi feito a partir da oposição dos estados, que apresentaram estudos técnicos apontando que a redução do percentual de comprometimento da receita líquida para o Executivo “ensajaria sérias dificuldades para as finanças subnacionais”.

Uma comissão mista foi instituída pelo presidente Renan Calheiros para examinar o veto presidencial. O colegiado será formado pelos senadores Eunício Oliveira (PMDB-CE), Zeze Perrella (PDT-MG), José Agripino (DEM-RN), Alfredo Nascimento (PR-AM) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e pelos deputados Pedro Eugênio (PT-PE), Junior Coimbra (PMDB-TO), Nelson Marquezelli (PTB-SP) e Paes Landim (PTB-PI).



Vanessa propõe mais autonomia para a Defensoria Pública da União

## Pimentel e Taques querem derrubar veto

— A luta travada por quem trabalha pelos menos favorecidos é sempre mais difícil — disse o líder do governo no Congresso, José Pimentel (PT-CE), autor do PLP 114/2011, sobre o veto da presidente Dilma Rousseff.

O senador fez uma retrospectiva de projetos importantes para a defensoria pública que só foram aprovados depois de sucessivas batalhas, tanto no Congresso como no Executivo. Citou a Emenda

Constitucional 41/2003, da qual foi relator, que assegurava o teto remuneratório do defensor público no mesmo patamar do Judiciário e do Ministério Público. Pimentel lembrou ainda a dificuldade para aprovação da Emenda Constitucional 45/2004, que garantiu a autonomia administrativa, financeira e orçamentária da defensoria pública, e da Lei Complementar 132/2009, que ampliou os direitos e prerrogativas do defensor público.



Pimentel lembra outras propostas aprovadas com dificuldade

Pimentel foi enfático ao atribuir o veto presidencial ao PLP 114/2011, em 19 de dezembro, à pressão de governadores. Para o senador, os defensores não devem desistir de lutar pela derrubada do veto.

Pedro Taques (PDT-MT), que foi promotor público, também se manifesta favoravelmente à derrubada do veto. Junto com o movimento da Anadep intitulado

“Defensoria sim, veto não!”, Taques encaminhou ao presidente do Senado, Renan Calheiros, o pedido para incluir na pauta de votação o veto ao projeto de lei.

— A derrubada do veto é fundamental para darmos autonomia à defensoria pública. Esse é um passo importante para promovermos assistência jurídica integral e gratuita aos cidadãos, principalmente aqueles que não podem pagar um advogado — afirmou.



Taques: autonomia da defensoria é importante para os cidadãos

## PEC pode universalizar serviços da defensoria pública em todo o país

Durante o lançamento do *Mapa da Defensoria Pública no Brasil*, foi apresentada a PEC 247/2013, que visa universalizar os serviços da defensoria pública no território brasileiro. A proposta dos deputados Alessandro Molon (PT-RJ), André Moura (PSC-SE) e Mauro Benevides (PMDB-CE) estabelece que o número de defensores deve ser proporcional à efetiva demanda pelo serviço, fixando prazo de oito anos para todas as comarcas passarem a ter defensores em número suficiente.

A PEC consagra os princípios institucionais da defensoria pública. Já teve a admissibilidade comprovada na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara e agora será criada comissão especial para avaliá-la.



Mutirões promovem atendimento jurídico gratuito em Brasília

## Defensoria atua em defesa de pessoas ou grupos de baixa capacidade econômica

As defensorias públicas têm a função de oferecer, de forma integral e gratuita, orientação jurídica e defesa judicial e extrajudicial de direitos individuais e coletivos às pessoas que necessitarem.

Apesar de serem estaduais, as defensorias não são ligadas aos governos dos estados. A autonomia serve para que os defensores possam representar os direitos dos cidadãos sem interferência ou constrangimentos, já que dentro da defensoria cada advogado tem liberdade e independência para atuar da forma que achar melhor em cada caso.

Qualquer cidadão que necessitar de orientação jurídica e que não tenha condições de arcar com

os gastos de um advogado particular pode procurar a defensoria pública.

No atendimento, o defensor vai perguntar sobre a renda familiar, o patrimônio e os gastos mensais. Normalmente, são atendidas pessoas que ganham até três salários mínimos por mês.

A defensoria pública pode entrar com ações nas Justiças estaduais para a defesa de direitos, atuar em processos em andamento, defender pessoas que estão sendo processadas e promover acordos e conciliações entre pessoas em conflito para evitar processo na Justiça.

A defensoria pública atua nas áreas cível, criminal, da Infância e Juventude e de Execução Criminal.

## Da Grécia à Constituição de 1988, constante aprimoramento

A consciência de que se deve garantir a igualdade na Justiça vem desde a Grécia antiga. Em Atenas, eram designados anualmente dez advogados para defender os menos favorecidos. Com a Revolução Francesa, em 1789, o Estado passou a organizar instituições para dar assistência judiciária.

O Brasil teve manifestações sobre assistência jurídica em 1603, mas só em 1823 foi estabelecida lei sobre o tema. A primeira Constituição republicana, de 1891, aludia à plena defesa com todos os recursos.

Em 1935, São Paulo criou o primeiro serviço de assistência judiciária, com advogados pagos pelo poder público. A Constituição do Estado Novo não previa assistência judiciária, que volta a aparecer na Constituição de 1946. Em 1950, foi publicada a Lei 1.060, que condensou a legislação sobre o assunto.

O clamor por uma legislação eficaz foi atendida com a Constituição de 1988. É nela que surgem as defensorias públicas, essenciais à função jurisdicional do Estado.

### Saiba mais

**Mapa da Defensoria Pública do Brasil**  
<http://bit.ly/mapaDefensoria>

**Cartilha Defensoria Pública**  
<http://bit.ly/cartilhaDefensoria>

**Princípios Institucionais da Defensoria Pública**  
<http://bit.ly/principiosDefensoria>

**Veja as edições anteriores do Especial Cidadania em [www.senado.leg.br/jornal](http://www.senado.leg.br/jornal)**

**3º Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil**  
<http://bit.ly/diagnosticoDefensoria>

**Carta de Brasília, documento do 3º Encontro Nacional de Defensores Públicos Federais**  
<http://bit.ly/cartaBrasilia>



# Senadores tentam chegar a acordo para votar regras do FPE hoje

Apesar de o substitutivo de Pinheiro manter percentuais atuais como piso até 2015, muitos senadores temem perdas para os estados

A DEFINIÇÃO DOS novos critérios de partilha do Fundo de Participação dos Estados (FPE) pode dominar o debate no Plenário hoje. Se confirmado o assunto na pauta, que está destrancada, a discussão antes da votação deverá ser extensa, pois não existe consenso em relação ao modelo sugerido: representantes de vários estados reclamam melhores percentuais para a distribuição de recursos do FPE, cujas regras atuais já foram declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal.

A discussão entre os parlamentares tem como referência o substitutivo do senador Walter Pinheiro (PT-BA) para oito projetos de lei sobre o assunto: os PLSs 192, 289, 744 e 761, de 2011; e 35, 89, 100 e 114, de 2012.

Pinheiro fez um apelo aos demais parlamentares para que o substitutivo seja aprovado.



Pinheiro (C) tenta aprovar proposta que dá mais cinco anos para os debates

Waldemir Barreto/Agência Senado

Segundo ele, sua proposta dá segurança jurídica aos estados e à União, mantendo como piso, até o fim de 2015, os percentuais de participação recebidos hoje. Ele lembrou que as regras que propõe, com um período de transição em 2016 e 2017, garantiriam cinco anos aos parlamentares para o debate de um modelo novo, a ser aplicado a partir de 2018.

Durante a semana, senadores abordaram o tema em

discursos ou em conversas com a imprensa. A bancada gaúcha, composta por Paulo Paim (PT), Ana Amélia (PP) e Pedro Simon (PMDB), demonstrou forte preocupação com as perdas que o Rio Grande do Sul pode vir a sofrer com a alteração da partilha. Parlamentares do Norte também reclamam que os estados da região não estariam sendo atendidos.

Já o líder do PT, Wellington Dias (PI), afirmou que o Senado

tem a obrigação de aprovar o substitutivo de Pinheiro com as novas regras. Ele ressaltou o amplo entendimento mantido com governadores, secretários estaduais de Fazenda e técnicos do governo.

## Urgência

Diversos senadores têm lembrado a urgência da aprovação dos novos critérios. O líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), e Romero Jucá (PMDB-RR) têm tentado sensibilizar os colegas para a importância de aprovar a proposta de Pinheiro o mais rápido possível, para permitir que seja votada na Câmara antes do meio do ano.

Já Eduardo Suplicy (PT-SP) questionou a constitucionalidade do texto de Pinheiro, por criar regras mais complexas sem alterar as normas que foram refutadas pelo Supremo Tribunal Federal. Suplicy, Acir Gurgacz (PDT-RO) e outros senadores vêm exigindo também que as novas regras do fundo tornem realidade a função constitucional do FPE: assegurar um desenvolvimento regional equilibrado.

## Comissão analisa isenção tributária para músicos

Entre os seis projetos terminativos que constam da pauta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para hoje, está o PLS 86/2004, que concede isenção do Imposto de Importação e das contribuições Cofins-Importação e PIS-Pasep-Importação aos instrumentos musicais e acessórios sem similar nacional.

O projeto foi apresentado por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). A isenção é concedida a orquestras ou entidades afins e também a músicos individualmente, desde que para uso pessoal. O benefício é limitado a uma vez a cada três anos.

## Audiência com ministro da Aviação Civil

A Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil deve ouvir hoje, às 9h, o ministro da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Moreira Franco.

Autor do requerimento para a audiência, Vital do Rêgo (PMDB-PB) pretende obter mais informações para subsidiar o relatório final da subcomissão, ligada à Comissão de Infraestrutura.

## Agripino alerta para risco de falta de água no Nordeste

A possibilidade de ocorrência de uma calamidade em parte do Nordeste, em razão da seca, foi levantada por José Agripino (DEM-RN). Na avaliação dele, caso o governo federal não promova



Waldemir Barreto/Agência Senado

imediatamente um programa maciço de perfuração de poços artesanais nas áreas mais afetadas, as cidades de Aparecida, Sousa e Cajazeiras, Paulista, Pombal e Jericó, na Paraíba, e Jardim de Piranhas, Caicó e Jucurutu, no Rio Grande do Norte, podem ficar sem água nos próximos dias.

— A presidente Dilma anunciou um plano e a liberação de recursos para a perfuração

de poços, mas quero pedir aqui a urgência — disse.

Agripino apresentou também um relato da situação das áreas rurais, onde, segundo ele, está havendo grande mortalidade de gado bovino por falta de água e forragem. Para amenizar a difícil situação dos agricultores, ele cobrou também o apoio do governo federal para a compra de ração animal e defendeu a suspensão do envio de cartas de intimação aos produtores pelo não pagamento de dívidas.

O senador também manifestou pesar pelo falecimento da ex-primeira ministra britânica Margareth Thatcher.

## Pimentel critica mudança do Dnocs para Brasília

José Pimentel (PT-CE) se disse contrário à mudança da sede do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) de Fortaleza para Brasília, como estuda o governo. Para o senador, não faria sentido e prejudicaria a população mais pobre, que não teria como reivindicar.

— É a mesma coisa de se dizer: aquele que tem sede não pode falar, não pode pedir água, porque quem pode ofertar está muito distante.

Para Pimentel, a mudança é ideia de burocratas, mas ele disse confiar na sensibilidade da presidente Dilma

Rousseff para manter o Dnocs no Nordeste.

O senador elogiou as ações do governo para amenizar os efeitos da seca. Os investimentos de mais de R\$ 9 milhões, lembrou ele, foram anunciados pela presidente em reunião do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Entre as medidas, estão a construção de cisternas de produção, a recuperação de poços profundos, o aumento dos recursos para o Garantia-Safra e a Bolsa Estiagem, a venda de milho aos produtores e linhas de crédito emergencial.

## Negociação coletiva para servidor público

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza audiência hoje, às 9h, para debater, com representantes dos servidores públicos, a implantação de regras derivadas da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A norma estabelece princípios como liberdade sindical e direito à negociação coletiva nos âmbitos federal, estadual e municipal. O debate foi solicitado por Paulo Paim (PT-RS).

O Congresso aprovou a Convenção 151 e a Recomendação 159 da OIT sobre as relações de trabalho na administração pública em 2010.

### Mesa do Senado Federal

**Presidente:** Renan Calheiros

**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana

**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá

**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro

**Segunda-secretária:** Ângela Portella

**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira

**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino

**Suplentes de secretário:**

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### Secretaria Especial de Comunicação Social

**Diretor:** Davi Emerich

**Diretora de Jornalismo:** Virgínia Galvez

### Agência Senado

**Diretor:** Marco Antônio Reis (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:**

Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

**Edição:** Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## J DO DO

**Órgão de divulgação do Senado Federal**

**Diretor:** Flávio Faria (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Silvío Burle

**Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333



# Plano de adequação dará ao Senado mais acessibilidade

Gabinetes ganharão placa de identificação em braile, escadas terão sinalização e será instalada planta baixa tátil, para uso de bengala. Plenário e acesso à Mesa também vão passar por modificações

NO DIA NACIONAL do Sistema Braille, comemorado ontem, o Senado lançou o Plano de Adequação dos Prédios, que fará adaptações necessárias para dar acesso aos deficientes visuais. No prazo de 30 dias, os gabinetes dos senadores ganharão placa de identificação em braile, as escadas serão sinalizadas e haverá instalação da planta baixa tátil, para uso de bengala. Esta semana, o Plenário e o acesso à Mesa do Senado passarão por modificações para que os parlamentares com deficiência possam fazer uso dessas áreas da mesma maneira que os demais.

A iniciativa integra o Programa de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência, fruto da Lei 10.098/2000.

O presidente da Casa, Renan Calheiros, explicou que, desde 2005, o Senado tem se adaptado para facilitar o acesso e a circulação das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

— O Senado é também das



Renan anuncia medidas ao lado de Charles Jatobá, servidor da Gráfica (D)

minorias — disse Renan.

O senador destacou que o Serviço de Impressão em Braille da Casa está em funcionamento desde 1998 e lembrou que o Senado já aprovou propostas como o Estatuto da Pessoa com Deficiência, de iniciativa de Paulo Paim (PT-RS), e a aposentadoria especial para servidor público deficiente, que encontram-se agora na Câmara.

Renan prometeu dar agilidade a outras propostas que tramitam na Casa, como a que institui a doação de cão-guia aos deficientes visuais (PLS

456/2009) e a que propõe a inclusão no documento de identidade, a pedido do titular, da condição de pessoa com deficiência (PLS 39/2013), ambos de Gim (PTB-DF).

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) reivindicou a presença de um intérprete de Libras em todas as entradas da Casa e em toda a programação da TV Senado. Cristovam Buarque (PDT-DF) pediu apoio a projeto de autoria dele que obriga que as escolas públicas ofereçam o aprendizado de Libras aos jovens que tiverem interesse.

## Wellington: um “passo importantíssimo”

Wellington Dias (PT-PI) comemorou ontem o lançamento do Plano de Adequação dos Prédios do Senado.

— Acredito que o Congresso faz hoje um gesto e dá passos importantíssimos — afirmou.

O senador também defendeu

a aprovação de projetos na área, como o Estatuto da Pessoa com Deficiência. O texto, de Paulo Paim (PT-RS), foi aprovado pelo Senado e está em análise na Câmara.



Wellington Dias (PT-PI) falando em um microfone.

Wellington afirmou que é preciso avançar com relação ao ensino do braile e de Libras (língua brasileira de sinais), para que sejam colocadas como primeira língua nas escolas.

## Paim quer consolidar leis para pessoa com deficiência

As leis que garantem os direitos das pessoas com deficiência devem ser consolidadas, na opinião de Paulo Paim (PT-RS). Segundo ele, a legislação atual se espalha em diversos decretos,



regulamentos, portarias e resoluções. O senador lembrou que o Brasil assinou a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência.

— Existe, então, a

necessidade de um instrumento legal e de maior robustez para essa legislação, que vai beneficiar, hoje, cerca de 30 milhões de pessoas.

Paim é autor do projeto do Estatuto da Pessoa com Deficiência, em análise na Câmara dos Deputados.

## Deficiente auditivo poderá comprar carro sem IPI

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vota hoje o PLS 17/2004, de Paulo Paim (PT-RS), que isenta deficientes auditivos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de automóveis nacionais de até 2 mil cilindradas. O texto tem voto favorável do relator, Cyro Miranda (PSDB-GO).

Segundo Paim, não é plausível a diferença de tratamento tributário entre as pessoas com deficiência. Cyro apresentou emenda para que o Executivo estime, no projeto de lei orçamentária anterior à vigência da lei, o total da renúncia fiscal decorrente.

A CAE vai analisar também 14 propostas, 6 delas em decisão terminativa (última votação, caso não haja recurso para exame em Plenário).

## Anibal elogia matéria sobre política de cotas



Reportagem da revista *Isto É* que aponta o sucesso da política de cotas raciais nos últimos dez anos é, segundo Anibal Diniz (PT-AC), exemplo de bom jornalismo. A matéria mostra que, nos cursos de Medicina das universidades federais, a diferença da nota de corte entre cotistas e candidatos convencionais foi de apenas 3%. Em vários outros cursos, as notas são equivalentes ou maiores no caso dos cotistas.

— Há 15 anos, apenas 2% dos negros tinham ensino superior concluído. Hoje, o índice está em 6%. — disse o senador.

## Ferraço espera votar até julho atualização do Código do Consumidor

Relator da comissão temporária que trata da modernização do Código de Defesa do Consumidor no Senado, Ricardo Ferraço (PMDB-ES) previu que o parecer estará pronto para ser analisado no fim de maio. A expectativa do senador é de que o Plenário vote a matéria antes do recesso parlamentar de julho.

A comissão temporária, presidida por Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), foi criada em agosto de 2012 para discutir os Projetos de Lei do Senado (PLSs) 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor. Esses projetos tiveram origem em minuta elaborada por comissão de juristas coordenada pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Herman Benjamin. Em março, a Presidência da República encaminhou ao Congresso projeto (PL 5.196/2013) com teor similar aos projetos em exame da comissão temporária.

Ferraço criticou o “paralelismo” entre os projetos em exame pela comissão temporária e o apresentado pelo governo federal. De acordo com o senador, os assuntos abordados na proposta do Executivo, como o superendividamento das pessoas e o fortalecimento dos institutos de defesa do consumidor (Procons), já estavam sendo discutidos pelo Senado.

Já o senador Rodrigo Rollemberg avaliou como positiva a “convergência” de projetos. Para ele, a comissão temporária poderá

incorporar as sugestões do Executivo e aprimorar o sistema de defesa do consumidor.

Atualmente, a comissão estuda a necessidade de fortalecer os cerca de 500 Procons municipais e 27 estaduais, tema da audiência pública ocorrida ontem para subsidiar a análise de projeto que dá aos órgãos poder de aplicar medidas corretivas em caso de infração às normas de defesa do consumidor.

### Política de Estado

Durante a audiência ontem na comissão temporária, a secretária nacional do Consumidor, Juliana Pereira da Silva, afirmou que a defesa do consumidor passou a ser uma política de Estado. Ela ressaltou a importância do fortalecimento das instituições que atuam e fiscalizam as relações de consumo.

Integrante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), José Guilherme Vasi Werner defendeu a aglutinação das estruturas dos Procons e dos juizados especiais para resolver demandas dos consumidores.

A presidente da Associação Brasileira de Procons, Gisela Simone Viana de Souza, afirmou que, apesar de milhares de ações, ainda há uma demanda reprimida, pois muitos consumidores não têm acesso à Justiça. Na opinião de Gisela, também é importante o aproveitamento da audiência de conciliação realizada pelos Procons no processo judicial, conforme determina a proposta do Executivo.



Rollemberg (C), ao lado de Ferraço (3º à dir.), em audiência da comissão

## Vanessa Grazziotin apoia solicitações de jornalistas

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) lembrou a passagem do Dia Nacional do Jornalista (7 de abril), destacando o papel dos profissionais de imprensa de “observadores da realidade” e “agentes da transformação”. A senadora apoiou reivindicações da categoria como a instituição do piso nacional de três salários mínimos, a federalização dos crimes contra os profissionais de imprensa e a volta da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão. Vanessa citou pesquisa da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) mostrando que, dos 145 mil jornalistas com registro profissional do país, 64% são mulheres, solteiras, de até 30 anos. A maioria, assinalou, é “mal remunerada e recebe menos que homens na mesma função”.



No primeiro debate de um ciclo de palestras de especialistas na Comissão de Relações Exteriores, diplomatas alertam para necessidade de uma mudança de comportamento

# Embaixadores recomendam mais atenção ao comércio exterior

PARA AUMENTAR A competitividade internacional e aperfeiçoar o desenvolvimento econômico, o Brasil precisa priorizar o comércio exterior. Esse foi um dos alertas apresentados ontem pelos embaixadores Rubens Barbosa e Samuel Pinheiro Guimarães em audiência na Comissão de Relações Exteriores (CRE).

O encontro foi o primeiro do novo ciclo de palestras da CRE. Até o ano que vem, os senadores debaterão mensalmente questões sobre política externa, defesa e comércio exterior, sempre com especialistas e autoridades. O ciclo foi requerido pelo presidente da CRE, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), inspirado nas atividades do colegiado durante o biênio anterior, sob a presidência de Fernando Collor (PTB-AL).

Guimarães fez um resgate de fatos decisivos para mudar o panorama do comércio e da política internacionais nas últimas décadas. Ele citou a desintegração da União Soviética e o surgimento do Mercosul em 1991, a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1995 e do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta) em 1994. Para o embaixador, o Brasil



O embaixador Rubens Barbosa e o senador Ricardo Ferraço ouvem Samuel Guimarães defender diversificação de negócios

precisa diversificar a pauta de exportações e importações de produtos e mercados.

— A diversificação é estratégica para o país, as empresas precisam ser mais competitivas, quem exporta são as empresas. A área agrícola já é competitiva — disse.

## Produção industrial

Para que isso aconteça, o embaixador afirma ser essencial o fortalecimento da produção industrial, cujas exportações ajudam a sustentar o equilíbrio da balança comercial e impulsionar o desenvolvimento econômico. Segundo ele, a indústria é competitiva apenas nas relações com a América Latina e, um pouco menos, com os Estados Unidos. Ele sugere que o país amplie a exportação de

produtos manufaturados para a China e a União Europeia.

Barbosa informou que, embora o comércio exterior tenha quadruplicado entre 2002 e 2012, a expansão escondeu problemas estruturais e vulnerabilidades. Hoje, disse, a expansão do consumo interno acabou por substituir o comércio exterior como alavanca para o desenvolvimento.

— No Brasil, historicamente, o comércio exterior tem baixa prioridade dentro da política econômica de governo. O Brasil está perdendo espaço no comércio exterior — afirmou.

Ainda de acordo com o embaixador, o Brasil tem pouco mais de 35 mil empresas importadoras e mais de 18 mil exportadoras. Era praticamente o inverso há quatro ou cinco anos. O custo Brasil

é um dos maiores perigos, advertiu o embaixador: a carga tributária é alta, o país precisa das reformas tributária e trabalhista e de investimentos maciços em infraestrutura, inovação e apoio às pequenas empresas. Além disso, existem dificuldades externas: crise econômica global, desaceleração do comércio e do desenvolvimento no mundo, manipulação cambial, protecionismo e proliferação de acordos de livre comércio.

Na opinião de Barbosa, o Brasil está correndo o risco de ficar de fora da cadeia produtiva global, pois as empresas não se modernizam e têm pouco incentivo do governo. Ele disse que 550 acordos comerciais foram feitos no mundo nos últimos anos, sendo apenas 3 do Brasil.

## Barbosa afirma que politização prejudicou parcerias importantes

Para Barbosa, houve politização do comércio exterior, com prioridade para países da África, Oriente Médio e Ásia em detrimento de parceiros importantes como Estados Unidos e União Europeia. E o Mercosul estaria estagnado. Ele sugere que a Câmara de Comércio Exterior, ligada ao Ministério do Desenvolvimento, tenha um patamar mais elevado, com subordinação direta à Presidência.

Além de Ferraço e Collor, participaram da audiência Blairo Maggi (PR-MT), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Ruben Figueiró (PSDB-MS), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), José Agripino (DEM-RN), Jorge Viana (PT-AC), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

Viana citou aumentos nos negócios exteriores do Brasil, Collor disse que o país precisa resolver a questão da competitividade e Agripino apontou a necessidade de enfrentar o déficit público, enquanto Suplicy pediu uma avaliação das eleições no Paraguai e na Venezuela.

## Figueiró destaca bons resultados da pecuária em Mato Grosso do Sul

Os números favoráveis da pecuária de corte sul-mato-grossense e as técnicas de criação e engorda no estado foram ressaltados ontem por Ruben Figueiró (PSDB-MS). Ele informou que, em 2012, foram abatidas 3,8 milhões de cabeças de gado no estado, cujo rebanho total é de 21 milhões de animais. Isso dá uma taxa de aproveitamento de 17,7%, superior às de Mato Grosso (16,8%), Goiás (8,9%) e Minas Gerais (6,5%).

— Tais resultados são fruto de longos anos de aperfeiçoamento genético, por meio de uma seleção criteriosa de rebanhos e de matrizes que ganharam expressão nacional — disse o senador.



Para Figueiró, números são fruto do aperfeiçoamento genético do gado



Iniciativa de Getúlio Vargas ajudou a consolidar a cidade, lembra o senador

## Blairo comemora em discurso no Plenário os 294 anos de Cuiabá

Fundada em 8 de abril de 1719, a capital de Mato Grosso já se configura como uma das mais importantes cidades do país, afirmou ontem Blairo Maggi (PR-MT), em discurso. — Cuiabá da mistura de raça, da mistura de cor, dos credos e sincretismos; cidade na qual se encerra um sentimento de rara nobreza e para onde convergem centenas de milhares de pessoas de todos os recantos do Brasil e do mundo — disse.

Segundo o senador, Cuiabá surgiu como povoamento dos bandeirantes paulistas, em busca de ouro e índios. Blairo lembrou ainda que o programa Marcha para o Oeste, do presidente Getúlio Vargas, ajudou a consolidar Cuiabá.

## Gurgacz cobra do Dnit início imediato de obras em rodovia de RO

Acir Gurgacz (PDT-RO) cobrou do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) o início imediato da restauração da BR-364, no trecho entre Pimenta Bueno e Ouro Preto do Oeste, em Rondônia.

Segundo Gurgacz, mesmo já tendo sido emitida ordem de serviço em setembro do ano passado para que o consórcio CCM/CCL começasse as obras, até o momento as empreiteiras, vencedoras da licitação por R\$ 111 milhões, não mobilizaram nem equipes nem maquinários para iniciar a recuperação dos 119 quilômetros.

— E a rodovia se degrada a cada dia que passa — relatou o senador.



Segundo Gurgacz, obras em 119 quilômetros custarão R\$ 111 milhões



Senador pede à presidente Dilma envio de comissão interministerial

## Viana quer ajuda federal para problema com imigrantes no Acre

A questão dos mais de 1.200 imigrantes estrangeiros acampados em Brasileia (AC) precisa de atenção do governo, disse ontem Jorge Viana (PT-AC). Ele pediu à presidente Dilma Rousseff que envie uma comissão interministerial.

Além das condições precárias dos acampados, o senador teme que aconteça uma tragédia, no caso de um conflito entre os imigrantes, ou entre eles e a população. Os acampados somam mais de 10% dos habitantes da cidade. Viana pediu que tropas da Força Nacional vão ao município.

Segundo o senador, quatro máfias atuam na entrada de estrangeiros no Brasil pelas fronteiras acrianas.

## Taques lamenta atrasos em obras da Copa em Mato Grosso

Pedro Taques (PDT-MT) lamentou atrasos e cancelamentos de obras para a realização da Copa do Mundo em seu estado. Ele afirmou que o estádio de Cuiabá deveria ter ficado pronto em dezembro, a um custo de R\$ 342 milhões. A conclusão foi adiada para outubro e a previsão de custos passou para R\$ 519 milhões.

Além disso, prosseguiu o senador, 34 meses decorridos do início das obras resultaram em 62% de conclusão — 1,82% ao mês, em média. Para terminar em outubro, o índice precisaria ser triplicado.

— Falta transparência, gestão e compromisso com o cidadão — afirmou Pedro Taques, acrescentando que não se pode permitir a repetição do que ocorreu nos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro, em 2007, quando o custo final ficou em R\$ 4 bilhões ou 10 vezes a previsão inicial e 12 vezes a média de gastos das quatro edições anteriores dos Jogos. O Pan-Americano seguinte, realizado no México, custou R\$ 2,3 bilhões a menos.